



Vereadores rejeitam projeto que aumentava impostos e taxas

O Poder Legislativo de Carmópolis de Minas rejeitou, por unanimidade de votos, na sessão ordinária do dia 02 de outubro de 2023, o Projeto de Lei Complementar que dispunha sobre a legislação tributária de Carmópolis de Minas, normas complementares de direito tributário a ele relativas, e disciplinava a atividade do fisco municipal. Os vereadores entenderam que, de forma geral, a proposta do Poder Executivo aumentava impostos e taxas, não sendo o momento propício para fazer alterações no Código Tributário, sacrificando a população.

Página 3



Sessão especial conscientiza sobre câncer de mama e de próstata

Página 7

Audiência debate sobre a segurança pública de Carmópolis



Oficiais militares e da PRF, com vereadores e o prefeito. Ação conjunta para aumentar a sensação de segurança em todo o município.

Página 7

Água do SESAM está dentro dos padrões de consumo



O diretor do SESAM, Eloisio Francisco Nascimento, garantiu a qualidade da água.

Página 3

Câmara entrega moções de aplausos a autores e intérpretes do Hino a Carmópolis



Homenageados recebem certificados no plenário da Câmara.

Página 8

Hino a Carmópolis de Minas

Letra: José Maria Santos

Música: Antônio Eustáquio de Oliveira

Nós te saudamos bela e hospitaleira
Cidade encanto orgulho sem igual
Da fé em Cristo és a pioneira
Minha Carmópolis que não tem rival.

Tens lá no alto a Virgem do Carmelo
Que te abençoa e estende um doce olhar
Para esta turba que em feliz anelo
Teu nome santo quer sempre honrar.

A efígie do Pau D'óleo é bem no centro
Das noites frescas e a lua em serenata
E o Cristo do outro lado em seu relento
É o regente da musa na cantata.

Das matas virgens do sertão paulista
Bandeirantes vieram te encontrar
Já-Há-Pão, assim exclama um sertanista
Pões teu nome em a fome saciar.

Por isso mesmo nunca morrerás
Triunfarás com garbo varonil
Tupanuara sempre estarás
No coração do meu grande Brasil.

Entra em atividades o Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC)



O Centro de Atendimento ao Cidadão conta com o suporte do assessor jurídico da Câmara, doutor Lucas Abdo; supervisão da doutora Marília Isabel Santos de Assis e serviços da estagiária Brenda Valeska Viana Castro (assentada).

Página 5

Câmara aprecia e delibera sobre 4 matérias essenciais

O presidente do Legislativo destacou a pertinência dessas decisões.

Página 2

Sem melhorias ou pavimentação, ruas importantes viram problemas

Página 5

Ponte do Córrego do Paiol é reformada, mas a da Vargem Grande continua precária

Página 6

Vereador destaca importância de três votações pela Câmara

Página 6

Requerimentos e moções

Página 4

Tribuna Livre

*Recursos da Lei Paulo Gustavo são questionados

Página 6

*Cidadã pede políticas públicas para a juventude

Página 8

Câmara aprecia e delibera sobre 4 importantes projetos

O presidente do Poder Legislativo de Carmópolis de Minas, vereador Geraldo Lucas (PV) -*foto à direita*-, destacou, na sessão ordinária da Câmara realizada no dia 09 de outubro de 2023, a importância e a pertinência de quatro projetos de leis de autoria do Poder Executivo, que passaram a tramitar na Casa. O presidente apontou o Projeto de Lei (PL) N° 38, que trata do piso salarial nacional do enfermeiro, técnico de enfermagem e parteira; PL 35, que concede subvenções sociais e contribuições para o exercício de 2024; Projeto de Lei 36, que estabelece o Orçamento Municipal para 2024; e o PL 37, que faz adequações no Plano Plurianual (PPA).

Sobre o PL 38, lembrou o presidente que a matéria foi tema de pronunciamentos e solicitações, por parte de vereadores e vereadoras e que o projeto havia chegado ao Legislativo na sexta-feira anterior, tendo ele solicitado prioridade ao pessoal da Secretaria e tendo inserido a matéria na pauta daquela sessão, solicitando ao procurador para emitir o parecer o mais rápido possível, o que foi feito em menos de três dias. A pedido do vere-



ador Marcelo de Freitas dos Reis, líder do UNIÃO, foram agendadas duas sessões extraordinárias para o dia 11 de outubro, para que o PL pudesse ser votado em dois turnos em um só dia. Nas sessões do dia 11, a matéria foi aprovada por unanimidade.

Continuando seu pronunciamento, grifou o presidente que PL 35 concede subvenções e contribuições a entidades como Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE); Associação de Congadeiros; Banda Santa Cecília; Casa UP; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER-MG) e Associação dos Estudantes Universitários.

Sobre a Lei Orçamentária, disse o presidente se tratar de um dos mais importantes projetos anuais, pois estima a receita e fixa as despesas do município para o período. No caso de 2024, adiantou o presidente que haverá uma queda na arrecadação de aproximadamente dois milhões de reais em relação a 2023, passando de cerca de R\$ 94 milhões para R\$ 92 milhões.

Também visto pelo presidente como de grande importância, o PL 37 que dispõe sobre a adequação do Plano Plurianual do Município de Carmópolis de Minas (PPA), relativo ao quadriênio 2022 / 2025.

Rejeição de projeto foi vitória da Câmara, diz vereador

Em pronunciamento realizado durante a sessão ordinária do Poder Legislativo de Carmópolis de Minas do dia 02 de outubro de 2023, o vereador Antônio Gabriel Francisco Rabelo Lara, líder do PSDB -*foto à direita*-, manifestou seu contentamento com a rejeição, por unanimidade de votos, do projeto de lei do Poder Executivo que aumentaria impostos e taxas municipais. O parlamentar avaliou a votação como “uma vitória da Câmara”, provando cumprir com suas obrigações e prerrogativas legais, trabalhando em função do povo e mostrando os problemas que afetam a atual administração municipal.

Antônio Gabriel afirmou que Carmópolis possui uma boa arrecadação, além de obter ajuda de vários deputados, mas percebe-se que a cidade não avança, com problemas que, enquanto não chegam a níveis críticos, não



são resolvidos, quando, para tanto, basta organização e escolha de prioridades.

Para ele, o Poder Executivo demonstra não empregar corretamente os recursos que arrecada, citando nominalmente vias públicas e imóveis que se encontram, há tempos, em mau estado de conservação, como o Par-

que de Exposições, que teria sido praticamente demolido; várias praças, e ruas como a João Gonçalves Teixeira, a Flor de Maio e a São Geraldo.

“Se esse projeto passasse, quem sofreria seria a população. Esta é a maior prova da má administração de Carmópolis”, apontou o vereador.

Moradores de rua preocupam e incomodam a população

Ocupando o espaço dedicado a assuntos de interesse público, na sessão ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 9 de outubro de 2023, a vereadora Jaqueline Emilia Luciano (PV) -*foto à direita*-, manifestou sua preocupação com a existência, pelas vias públicas de Carmópolis de Minas, de mendigos e moradores de rua, que abordam os transeuntes, pedindo ajuda e alimentos, afirmando, ainda, que não estão conseguindo amparo de ninguém.

Narrando fato ocorrido com ela, em que um morador de rua lhe afirmou não ter conseguido ajuda junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a vereadora disse ter se comunicado imediatamente com a secretária Eunândia da Silva Rodrigues, recebendo dela a informação de que já havia encaminhado passagens de ônibus pela terceira vez àquela mesma pessoa, para que pudesse se deslocar até a cidade mais próxima, tendo, ainda, fornecido a ela roupas e alimentos.

Destacou a parlamentar que muitos moradores são abordados da mesma forma e, sensibilizados pela boa fé, acabam acreditando que realmente não têm conseguido ajuda do poder público. Jaqueline orien-



tos os municípios que sejam abordados ou que constatem a presença de mendigos e moradores de rua na cidade, para que entrem primeiramente em contato com a Assistência Social, ou peçam a essas pessoas que se dirijam à Prefeitura, até mesmo para conhecimento do poder público, pois não se sabe nem mesmo quais os motivos que os levam a permanecer por tanto tempo na cidade.

Jaqueline observou que realmente a população fica incomodada com esse tipo de abordagem, mas que a Prefeitura não pode simplesmente mandar essas pessoas embora da cidade. “Muitos ficam por aqui porque enxergam a possibilidade de ganhar dinheiro, alimentos e até mesmo bebidas alcoólicas”, observou a vereadora.

Falando sobre o mes-

mo assunto, a vereadora Whatiffa Francielli dos Santos Nogueira (PSD) disse ter recebido queixa de uma funcionária, sobre a presença de mendigos na porta de uma casa lotérica, causando transtornos, brigando, alguns estando alcoolizados e outros, infelizmente, como dependentes químicos, sendo que não obteve resposta da Assistência Social e nem mesmo da Polícia Militar. Whatiffa solicitou do poder público um trabalho junto aos moradores de rua, mostrando de que forma as ações podem ser encaminhadas, até mesmo no que diz respeito ao amparo e acolhida. Colocando-se à disposição para colaborar, Whatiffa afirmou que a cidade não pode ficar inerte frente ao problema.

Falta de encascalhamento nas estradas preocupa produtores

Pronunciando-se durante a sessão ordinária da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas realizada no dia 9 de outubro de 2023, o vereador João Francisco Vieira – João do Nhozinho (PSD) -*foto à direita*- deixou registrado o seu esforço, bem como de outros colegas de vereança, para que a Prefeitura promova pequenos, mas necessários serviços de encascalhamento em vários pontos das estradas rurais, considerados como problemáticos durante o período chuvoso que está para começar.

João Francisco informou ter feito visitas a alguns desses locais, entre eles nas comunidades do Pé do Morro, Morro Alto, Sítio e Vargem Grande, constando que eles realmente necessitam de cuidados, por parte da Secretaria Municipal de Obras. No Morro alto um produtor, senhor Valdecir, não conseguiu transportar o leite por causa da chuva que deixou a estrada intransitável. Esse produtor, juntamente com o senhor Orlando, se dispôs a conseguir o cascalho.

Outro ponto citado pelo parlamentar localiza-se na antiga fazenda do Claret, onde é necessário o encascalhamento, em vista do acesso a muitas lavouras de tomate.



Observou que, como esses serviços não são realizados, não tardarão as mensagens na internet, postadas por municípios, cobrando providências dos vereadores, que, entretanto, têm cumprido sua parte, não deixando de fazer as devidas solicitações ao Poder Executivo.

Continuou o vereador, afirmando que um morador da localidade da Mata chegou a pedir uma reunião com o prefeito José Omar Paolinelli (PSD) para mostrar a ele a necessidade do encascalhamento desses pontos. “Podemos até conseguir uma reunião com o prefeito, mas nós, vereadores, nunca deixamos de pedir os

serviços”, grifou João Francisco.

Ainda sobre estradas rurais, o parlamentar relatou ter visitado o local onde se acha a Ponte da Paciência, divisa dos municípios de Carmópolis de Minas e Passa Tempo, constatando que os antigos problemas estruturais daquela passagem continuam, sendo que nada foi feito, mesmo com os insistentes pedidos dos vereadores. Disse, ainda, que tem sido procurado por tomaticultores daquela região, que estão sendo obrigados a dar uma grande volta para ter acesso às lavouras, dificultando o escoamento da produção.

Jornal da Câmara

Órgão oficial da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas (MG)

Instituído pela resolução 05, de 22 de dezembro de 2010

Editor – João Bosco Ribeiro – reg. MG 3655 JP

Mesa Diretora da Câmara - 2023

Presidente: Geraldo Lucas (PV)

Vice-presidente: José Laércio da Silveira (UNIÃO)

Secretária: Jaqueline Emilia Luciano (PV)

Tesoureiro - João Francisco Vieira (PSD)

Endereço: Rua Dorvelino Rabelo Costa, n.º 38 – Centro

Carmópolis de Minas – MG - CEP 35.534-000

Tel.: (37) 3333-1704 e 3333-2299

www.camaracarmopolis.mg.gov.br / camara@camaracarmopolis.mg.gov.br

Edição

Jornal GAZETA DE MINAS – Oliveira MG

Tel.: 37 3331-4486 www.gazetademinas.com.br

Impressão – Gazeta de Minas Gráfica e Editora Ltda.

Por unanimidade, vereadores rejeitam projeto que aumentava impostos e taxas

O Poder Legislativo de Carmópolis de Minas rejeitou, por unanimidade de votos, na sessão ordinária do dia 02 de outubro de 2023, o Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 10, de 08 de dezembro de 2022, que dispunha sobre a legislação tributária de Carmópolis de Minas, normas complementares de direito tributário a ele relativas, e disciplinava a atividade do fisco municipal. Os vereadores entenderam que, de forma geral, a proposta do Poder Executivo aumentava impostos e taxas, não sendo o momento propício para fazer alterações no Código Tributário, sacrificando a população.

Em sessões anteriores, a matéria já havia recebido reiteradas declarações de votos contrários, pelos vereadores Antônio Gabriel Francisco Rabelo Lara, líder do PSDB; Célio Roberto Azevedo (PSD); Dirceu da Silva, líder do PSD e Marcelo de Freitas dos Reis, líder do UNIÃO, que compoem a bancada de oposição, por considerá-lo intempestivo e levisso à população, em vista dos sérios problemas de infraestrutura existentes no município, especialmente na falta de manutenção de vias públicas, onde os recursos arrecadados não estariam sendo aplicados, além de ocorrerem atrasos injustificáveis em pagamen-

tos, até mesmo de auxílio para transporte de esudentes universitários.

Argumentando sobre a matéria, o presidente do Legislativo, vereador Geraldo Lucas (PV) disse que, apesar de se achar impedido de votar, por força de sua condição de presidente, se dependesse dele, com certeza seu voto seria contra, pois entende que o atual Código Tributário Municipal, aprovado pela Câmara, atende às atuais demandas do município e trouxe mudanças significativas para a legislação tributária municipal, como as formas de cobranças do IPTU, que eram totalmente defasadas. “Não vejo que o atual Código esteja defasado, além de que, uma nova legislação traria muitos sacrifícios aos contribuintes e uma arrecadação pouco significativa para a Prefeitura”, afirmou o presidente.

De acordo com a justificativa do prefeito José Omar Paolinelli (PSD), a adequação da legislação tributária municipal era necessária, para que se pudesse proceder à efetiva arrecadação dos tributos municipais devidos, entre outros fatores: a atualização da planta genérica de valores dos imóveis e ajuste de alíquotas; a inclusão de situações referentes à Lei Federal 116/2003, que teve atualizações desde o ano

de 2019; reforma da cobrança das taxas de alvará de funcionamento, com adequações conforme demanda de cada empresa objeto de cobrança; acréscimo e ajuste de outras taxas de cobranças diversas; correção e ajuste do número dos artigos da antiga lei; ajuste da Contribuição de Iluminação Pública; inclusão de isenções diversas, tais como: IPTU para família acolhedora e ISS para instituições sem fins lucrativos; alteração da data de vencimento do ISS mensal; inclusão das multas automáticas para não cumprimento das declarações econômicas acessórias e outros ajustes para aprimoramento do texto da antiga lei.

Integram o Sistema Tributário do Município os impostos sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU; sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN; sobre a Transmissão (Inter-Vivos) de Bens Imóveis – ITBI; as taxas decorrentes das atividades de poder de polícia do município; decorrentes de atos relativos à utilização efetiva ou potencial de serviços públicos prestados ou postos à disposição pelo município e taxas de serviços administrativos; a Contribuição de Melhoria e a Contribuição para Custeio da Iluminação Pública (CIP).

Município terá Campanha Permanente de Educação e Combate à Violência Contra a Mulher



A Câmara Municipal aprovou, por unanimidade de votos, na sessão ordinária do dia 02 de outubro de 2023, projeto de lei de autoria da vereadora Whatiffa Francielli dos Santos Nogueira (PSD) -*foto acima*-, que institui a Campanha Permanente de Educação e Combate à Violência Contra a Mulher no Município de Carmópolis de Minas.

São objetivos da Campanha: I - conscientização nos espaços públicos e abertos ao público sobre os tipos de violência contra mulher e indicação de relações abusivas; II - divulgação dos canais de denúncia existentes no município; III - divulgação dos canais de denúncias de violência contra a mulher coordenados pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH); IV - encaminhamento da mulher e de seus filhos aos programas de apoio psicológico para as vítimas de violência doméstica e familiar existentes no município; V - informação à população sobre os direitos inerentes à mulher; VI - conscientização nas escolas públicas e privadas sobre a igualdade entre os gêneros; VII - realizar palestras e divulgação nas escolas públicas e privadas de que violência contra a mulher é crime, bem como sobre os respectivos canais de denúncia.

O estabelecimento da forma e do conteúdo da Campanha ficará a critério dos órgãos municipais competentes e será regulamentado pelo Poder Executivo, no prazo de noventa dias. O Poder Executivo poderá constituir parcerias com a iniciativa privada para desenvolver, em conjunto, as ações e os serviços correspondentes à Campanha.

De acordo com a autora, dados do MMFDH revelam que, em 2020, mais de 105 mil denúncias de violência contra a mulher foram registradas nas plataformas do Ligue 180 e do Disque 100. Do total de registros, 72% (75,7 mil denúncias) são referentes à violência doméstica e familiar contra a mulher. De acordo com a Lei Maria da Penha, esse tipo de violência é caracterizado pela ação ou omissão que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico da mulher. Ainda estão na lista, danos morais ou patrimoniais a mulheres.

Sendo assim, cresce a necessidade de discutir formas de conscientização permanente da população sobre o combate à violência contra a mulher. Em virtude disso, a proposição visa estabelecer normas gerais a serem seguidas em âmbito municipal, que poderão ser regulamentadas e concretizadas pelo Poder Executivo, por meio de provisões especiais, conforme a conveniência e oportunidade da administração pública.

Em pronunciamento na sessão ordinária do dia 02 de outubro de 2023, Whatiffa informou que, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o crime que mais cresce no país é o crime contra a mulher. No último ano foram 18 milhões de mulheres vítimas de violência doméstica, sendo mais de 50 mil vítimas por dia, equivalente a um estádio de futebol. “Então, gente, não vamos banalizar a violência doméstica, que destrói sonhos e futuros”, alertou a parlamentar, citando casos recentes ocorridos na cidade e convidando a todos para refletir.

Água do SESAM está dentro dos padrões de consumo

A água potável captada, tratada e distribuída pelo Serviço de Saneamento Ambiental Municipal (SESAM) em Carmópolis de Minas não possui índices anormais de substâncias agrotóxicas. A informação é de técnicos da autarquia, que participaram de audiência pública realizada na Câmara Municipal no dia 31 de outubro de 2023, requerida pelo vereador Marcelo de Freitas dos Reis, líder do UNIÃO. O pedido teve por base matéria jornalística veiculada pelo jornal on-line g1, do Sistema Globo, bem como por outros sites noticiosos, que apontou possível existência de 27 tipos de agrotóxicos na água consumida em vários municípios mineiros.

Participaram dos debates o diretor-geral do SESAM - Eloísio Francisco Nascimento; José Ângelo Vasconcelos, químico responsável pelo serviço de análise da água fornecida pelo SESAM; Júlio Cesar Rufino, coordenador de fiscalização da agência regulamentadora (ARISB) e a responsável pelo controle interno da autarquia, Anna Célia Rabelo Silveira.

O proponente da audiência, Marcelo de Freitas dos Reis disse que, enquanto parlamentar, tem a obrigação de manter a população bem informada, diante de uma reportagem que deixou os consumidores alarmados, ao apontar a presença de 27 tipos diferentes de substâncias agrotóxicas na água consumida em cidades da região. Lembrou ainda que o questionamento já existia há bastante tempo entre os carmopolitanos.

A controladora Ana Célia informou que as últimas análises reali-

zadas pelo SESAM constataram que a presença de agrotóxicos na água fornecida à população se encontra dentro dos padrões de potabilidade estabelecidos pelo Ministério da Saúde. Argumentou que não existe nenhum estudo sobre os efeitos da presença desses agrotóxicos na água potável e que, por isso, a reportagem é falha, pois se não existem estudos sobre os efeitos do coquetel, não há como afirmar que a presença desses produtos possa redundar em algum mal para a saúde humana. “O que pede a portaria de análise do Ministério da Saúde a gente segue”, garantiu ela, afirmando que todos os parâmetros da água estão de acordo com os padrões exigidos.

O químico José Ângelo Vasconcelos informou que a análise realizada pelo laboratório especializado quantifica os níveis de presença dessas substâncias, e que desde o ano de 2022 eles se mantêm abaixo dos limites permitidos, havendo garantia do laboratório, que possui certificação ISO 17.025.

Júlio Cesar Rufino lembrou que não existe água totalmente pura, até mesmo pelo bem do organismo humano. Além de possíveis agrotóxicos, existem outros elementos como metais, substâncias orgânicas e inorgânicas, também com valores máximos permitidos, que não causam males à população. Destacou que, assim que a agência tomou conhecimento da reportagem, solicitou ao SESAM que enviasse a ela as análises. Como todas elas se encontravam dentro dos padrões permitidos, a agência entendeu que não houve nenhuma inconformidade.

O diretor da autarquia, Eloísio

Francisco Nascimento, informou ter recebido duas notas sobre a questão, respectivamente da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE) e da ARISB. Lamentou que o debate estivesse sendo realizado sem a presença das empresas de comunicação que divulgaram a matéria e destacou que, de acordo com o presidente da ASSEMAE, Rodopiano Marques Evangelista, o Sistema Globo já decidiu que não concederá direito de resposta. Diante disso, a ASSEMAE decidiu entrar com uma ação de retratação em nível nacional, com exceção de apenas 18 municípios brasileiros, nos quais realmente foi constatada a presença dos agrotóxicos em níveis acima dos permitidos.

Ressaltou, o diretor, que a preocupação devido à reportagem não está acontecendo somente em Carmópolis, mas em praticamente todas as cidades do país. “O problema não é apenas do SESAM”, alertou ele, garantindo que a água pode ser consumida sem nenhum receio.

O presidente do Legislativo, vereador Geraldo Lucas (PV), bem como os vereadores Fernando Luis Rabelo Lebron (PV), líder do governo; Jaqueline Emilia Luciano (PV); Claudinei Vicente da Silveira, líder do PV; João Francisco Vieira (PSD) e José Laércio da Silveira (UNIÃO) também se pronunciaram sobre o tema.

Inscritos, falaram os cidadãos José Gustavo de Souza Borges e Douglas Antônio Penido.

A íntegra dos pronunciamentos sobre o tema pode ser acessada na gravação da audiência, em áudio e vídeo, disponível no site da Câmara

Assista às reuniões da Câmara de Carmópolis de Minas sem sair de casa



As sessões ordinárias do Legislativo são transmitidas ao vivo. Todas as segundas-feiras, às 18h30, no site da Câmara.

— REQUERIMENTOS —

Requerimentos individuais

Fernando Luis Rabelo Lebron (PV)

Travessia no Ribeirão do Japão - Que seja solicitado do prefeito, junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Rural, que seja vista a possibilidade de efetuar a construção de uma travessia, no Ribeirão do Japão, próximo ao Jk, para ser utilizada pelos transeuntes no período de execução da obra da ponte local.

Geraldo Lucas (PV)

Rua Bento Belizário - Que o prefeito municipal solicite da Secretaria Municipal de Saúde, através do setor de epidemiologia, que seja providenciada com a maior brevidade possível, a dedetização nas galerias pluviais na Rua Bento Belizário, no Bairro Santo Antônio, iniciando na Rua José Paolinelli, considerando que foi constatada a existência de baratas e escorpions, nocivos à saúde.

Rua José Marques da Silva - Que o prefeito municipal solicite da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, o corte de uma árvore de grande porte na Rua José Marques da Silva nº 156, pois a rede elétrica está passando em sua copa, apresentando riscos de queda, com raízes expostas e fracas, trazendo riscos para pedestres e moradores da via.

Praça do Rosário - Que o prefeito municipal solicite da Comissão Municipal de Trânsito, que providencie a pintura da faixa de pedestre localizada na Praça do Rosário, que foi danificada devido à manutenção na massa asfáltica, tendo sido parte da faixa retirada e outra parte está desgastada.

Jaqueline Emilia Luciano (PV)

Povoado do Matias - Que seja solicitado da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Rural, a manutenção do mata-burro localizado na estrada da Montueira, que dá acesso ao Povoado do Matias, tendo em vista que se encontra quebrado.

Abastecimento de água - Que seja solicitado do SESAM - Serviço de Saneamento Ambiental Municipal, que analise outra forma de realizar o abastecimento de água para os moradores, que devido à reforma da ponte JK, estão ficando sem fornecimento de água, o que causa transtornos a eles.

Rua Santa Martha - Que seja solicitada da Secretaria Municipal de Obras Infraestrutura Urbana e Rural, a manutenção dos bloquetes da Rua Santa Martha, localizada próximo à auto-escola São Judas Tadeu, que está prejudicando o tráfego de veículos.

Comunidade da Paciência - Que seja solicitada da Secretaria Municipal de Obras Infraestrutura Urbana e Rural, em caráter de urgência, a colocação de escória ou cascalho no morro próximo à fazenda do senhor "Diolino", para dar condições de tráfego aos moradores da comunidade da Paciência.

João Francisco Vieira (PSD)

Rua São Vicente de Paula - Que seja solicitado ao SESAM - Serviço de Saneamento Ambiental Municipal, que avalie situação de água escorrendo na Rua São Vicente de Paula, proximidades da residência 177, no Bairro Cachoeirinha, levando entulhos e acumulando poças de água, trazendo malefícios para os moradores.

José Laércio da Silveira (UNIÃO)

Avenida Américo Leite - Que seja solicitado do prefeito, junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Rural, uma avaliação na Avenida Américo Leite, entre as Ruas Dr. Francisco Paolinelli e Padre Francisco, tendo em vista a existência de uma boca de lobo entupida, causando infiltração por baixo da pavimentação asfáltica, que está causando riscos de danos aos prédios e imóveis próximos, o que pode se agravar no período de chuvas.

Bom Jardim das Flores - Que seja solicitado do prefeito, junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Rural, que providencie a manutenção de mata-burro localizado próximo à propriedade

de espólio do senhor conhecido popularmente como "José Mansinho", no Povoado do Bom Jardim das Flores.

Povoado da Gerais - Que seja solicitado do prefeito, junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Rural, o serviço de drenagem na estrada principal do Povoado da Gerais, nas proximidades da propriedade do senhora conhecida popularmente como "Bete do Sindicato", onde no período chuvoso causa grandes transtornos por motivo de acúmulo de água dentro da estrada e o local tem um grande tráfego de veículos, inclusive escolares.

Cachoeira da Laje - Que seja solicitada do Prefeito junto à Secretaria Municipal de infraestrutura Urbana e Rural, uma avaliação em uma passagem de água na estrada principal da Cachoeira da Laje, nas proximidades da fazenda conhecida como "Patogê", onde já existe manilhas que não estão comportando a passagem da água, causando transtorno para moradores que estão tendo o trabalho de desentupir as manilhas no período chuvoso. Que o serviço seja realizado antes do período das chuvas.

Rua Luís Alves - Que seja solicitado da Secretaria Municipal de Obras Infraestrutura Urbana e Rural a poda de uma árvore de grande porte na rua Luís Alves, esquina com a rua Maria de Lourdes Costa. Cidadão que reside próximo à árvore manifestou preocupação com a possível queda de galhos que podem vir a atingir sua residência.

Marcelo de Freitas dos Reis (UNIÃO)

Audiência pública - Realização de uma audiência pública para tratar sobre a construção do terminal rodoviário de Carmópolis, sendo a sessão presidida pelo requerente. Data e horário pretendidos: 25/10/2023 às 18h30. Local: Plenário Gabriel Pinto de Oliveira - Sede da Câmara Municipal.

Rua Antônio Neto - Que seja solicitado da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Rural, o reparo em um buraco na Rua Antônio Neto, esquina com a Rua Rolindo Marques da Costa, no calçamento de paralelepípedo.

Audiência pública - Realização de uma audiência pública para esclarecer sobre a existência de diferentes tipos de agrotóxico na água que é distribuída pelo SESAM, denunciada em matéria jornalística pelo G1 (globo.com) e outros sites e falar sobre a nota de esclarecimento do SESAM (Serviço de Saneamento Ambiental Municipal, bem como as contradições entre as informações da autarquia e os sites jornalísticos, sendo a sessão presidida pelo requerente. Requer-se sejam convidados: - Representantes Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento Básico do Estado de Minas Gerais - (ARISB-MG), químico responsável pela análise do SESAM (Serviço de Saneamento Ambiental Municipal. Data e horário pretendidos: 31/10/2023 às 18 horas e 30 minutos. Local: Plenário Gabriel Pinto de Oliveira - Sede da Câmara Municipal.

Célio Roberto Azevedo (PSD)

Que o prefeito municipal, a secretária municipal de Educação e a secretária municipal de Assistência Social, analisem a possibilidade de atendimento, sem interrupção em período de férias e recesso, na Creche Municipal, para atender a demanda das mães com poucos ou nenhum rendimento, que necessitam procurar um emprego e não têm com quem deixar seus filhos durante a jornada de trabalho.

Requerimento coletivo

Geraldo Lucas (PV), Jaqueline Emilia Luciano (PV), João Francisco Vieira (PSD)

Audiência pública - Realização de uma audiência pública para a discussão do projeto de lei nº 36, de 29 de setembro de 2023, Lei Orçamentária Anual (LOA), que estima a receita e fixa a despesa do município de Carmópolis de Minas para o exercício financeiro de 2024. Data e horário pretendido: 14/11/2023 às 18 horas e 30 minutos. Local - Sede da Câmara Municipal.

Moções de aplausos

Patrícia dos Santos

A vereadora abaixo assinada, no uso de suas atribuições, nos termos do art. 139, inciso X do Regimento Interno, requer, após deliberação do Plenário, que seja encaminhada a presente "MOÇÃO DE APLAUSO" à atleta PATRÍCIA DOS SANTOS, pela trajetória esportiva e pela viagem à Alemanha, para participar de sua primeira maratona (42km em Berlim). Patrícia, uma atleta que encontrou na corrida uma forma para cuidar da mente, do corpo e vencer um estágio depressivo pelo qual passava. Aos 35 anos, já conquistou pódios e vitórias no esporte de alta intensidade.

Whatiffa Francielly dos Santos Nogueira (PSD)

Compositores e intérpretes do Hino a Carmópolis

O vereador abaixo assinado, no uso de suas atribuições, nos termos do art. 139, inciso X do Regimento Interno, requer, após deliberação do Plenário, que seja encaminhada a presente "MOÇÃO DE APLAUSO", com entrega de Certificado do Poder Legislativo, aos envolvidos na composição, música e interpretação do hino de Carmópolis, como forma de render homenagens a essas pessoas. A música foi lançada em 1968 pelo músico e compositor Antônio Eustáquio de Oliveira (em memória). A letra foi escrita por José Maria Santos (em memória). A música também foi interpretada por Maria de Lourdes Lima Oliveira, Dalva Maria de Lima, dentre outros, e posteriormente foi gravada em CD, a convite de Milton Leite, pelo músico Marcelo Rodolfo Vasconcelos "TIELO", com a proposta de fazer a leitura fiel da partitura. A Gravação foi realizada no estúdio do profissional Fernando Freitas, tendo participação o Mestre Tito na flauta e Lilian Freitas no Violão. O CD foi gravado e, desde então, o hino é executado nas escolas e em eventos sociais e culturais de nossa cidade, inclusive nas solenidades da Câmara Municipal.

Carmópolis de Minas, 03 de outubro de 2023.

Célio Roberto Azevedo (PSD)

Guarda de Congo de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário

O vereador abaixo assinado, no uso de suas atribuições, nos termos do art. 139, inciso XI do Regimento Interno, requer, após deliberação do Plenário, que seja encaminhada a presente "MOÇÃO DE APLAUSO" à Guarda de Congo de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário (Congo Bené Sulino), como forma de reconhecimento às legítimas manifestações culturais. Precisamos valorizar essa tradição tão antiga de homenagear Nossa Senhora do Rosário e valorizar os grupos que atravessam décadas conservando-a. Temos o dever de ajudá-los a mantê-la. Sei que é um grande desafio trazer a nova geração para participar das guardas e que esse grupo, "Guarda de Congo de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário (Congo Bené Sulino)" tenta, a todo custo, preservar. Por isso merece toda nossa atenção e todos os nossos aplausos.

Marcelo de Freitas dos Reis (UNIÃO)

Guarda Katupé Nossa Senhora do Rosário

A vereadora abaixo assinada, no uso de suas atribuições, nos termos do art. 139, inciso XI do Regimento Interno, requer, após deliberação do Plenário, que seja encaminhada a presente "MOÇÃO DE APLAUSO" à Guarda Katupé Nossa Senhora do Rosário, do Distrito do Bom Jardim das Pedras, como forma de reconhecimento às legítimas manifestações culturais de Carmópolis de Minas. O terno katupé foi fundado pela família do Iraci, em específico pelo próprio Iraci e por seu irmão José. A Guarda promove todos os anos no distrito, bem como levam para as cidades vizinhas, essa cultura da festa de Nossa Senhora do Rosário mantendo viva a tradição, um patrimônio cultural, renovando a fé e transmitindo sua história e conhecimento às novas gerações.

Jaqueline Emilia Luciano (PV)

Sem melhorias ou pavimentação, ruas importantes viram problemas

As ruas Padre José da Costa, Leopoldo Ferreira dos Santos, Orides Pinheiro e Formosa, todas elas importantes para o trânsito de veículos e pedestres em Carmópolis de Minas, foram motivo de pronunciamento, no plenário da Câmara Municipal, pelo vereador José Laércio da Silveira (UNIÃO) -foto à direita-, durante a sessão ordinária realizada no dia 02 de outubro de 2023.

Sobre a Rua Padre José da Costa, lembrou Laércio que há cerca de dois anos já havia falado sobre ela no plenário do Legislativo. A via se encontra com seu calçamento totalmente irregular, trazendo transtornos aos motoristas. Disse que outros vereadores também já falaram e até requerimento foi feito apontando o problema. Em conversa com o prefeito José Omar Paolinelli (PSD), foi-lhe comunicado que o município guardava uma verba do deputado federal Reginaldo



Lopes (PT-MG) para pavimentação asfáltica da rua, cujo movimento de veículos aumentou bastante. Mas até hoje isso não aconteceu.

A respeito da Rua Leopoldo Ferreira dos Santos, disse José Laércio que o trecho pior é o que corta o Bairro Amaral e que se encontra esquecido pelo poder público, com calçamento irregular; iluminação péssima, com grande necessidade de

receber lâmpadas de tecnologia LED. É, ainda, a última rua que recebe o pessoal da capina, permanecendo sempre com muito mato, que segura a sujeira trazida pelas águas das chuvas.

Na Rua Orides Pinheiro não está sendo respeitada a placa de sentido proibido, com muitos caminhões transitando na contra-mão. Para o vereador, esse é um caso que deveria ser estudado

do pela Comissão de Trânsito, no sentido de verificar se vale a pena manter a placa, que no momento está sendo desrespeitada.

Falando sobre a Rua Formosa, informou José Laércio que, de acordo com informações da Prefeitura, já foi realizada uma licitação para concluir a obra de pavimentação, que, entretanto, ainda não foi iniciada. Durante o período chuvoso de 2022, segundo o vereador, ocorreram muitos transtornos para pessoas que trafegam a pé pelo local, devido à lama que toma conta do trecho, tendo os transeuntes que retirar seus calçados, lavando os pés em seguida, para não chegarem ao trabalho com sapatos sujos de barro.

Por tudo isto, José Laércio solicitou, mais uma vez, a atenção dos órgãos municipais competentes, sobre o que possa ser feito para amenizar os problemas, em favor da população.

Obras importantes não são executadas e problemas se perenizam



Problemas em vias públicas de Carmópolis de Minas, que se perenizam e não são resolvidos pelo Poder Executivo, foram motivo de pronunciamento do vereador Dirceu da Silva, líder do PSD -foto acima-, na sessão ordinária da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas realizada no dia 09 de outubro de 2023. Citando requerimento de seu colega José Laércio da Silveira (UNIÃO), aprovado naquela reunião, sobre boca de lobo entupida na Avenida Américo Leite, causando infiltração por baixo da pavimentação asfáltica, com riscos de danos a prédios e imóveis próximos, Dirceu lembrou que um requerimento sobre o mesmo problema foi encaminhado por ele há cerca de sete anos, mas até hoje nenhuma iniciativa foi tomada.

Afirmou Dirceu que, infelizmente, muita gente pensa que os vereadores não resolvem as questões a eles trazidas, mas na verdade os representantes do povo fazem a sua parte, encaminhando os requerimentos que, entretanto, não são cumpridos pelo Poder Executivo. “Espero que agora o prefeito atenda, pois ficarei satisfeito a mesma forma, mas lembro que há sete anos fiz o mesmo requerimento”, reforçou o parlamentar.

Outro problema que não se resolve, apontado por ele e por outros vereadores, diz respeito à ponte da Vargem Grande, que em 2019 já apresentava fragilidades. Dirceu narrou sua própria experiência como produtor de tomates, quando foi, durante o tempo em que tocava lavoura naquela região, obrigado a passar aos poucos sua produção pela ponte, com o caminhão aguardando do outro lado, por perigo de desmoronamento. “A situação permanece a mesma”, constatou Dirceu. E citou outros casos ocorridos com moradores, pois pela ponte realmente não passa caminhão pesado.

Segundo ele, no local existem pelos menos vinte residências, incluindo fazendas e sítios, além de produção de tomates. Dirceu voltou a pedir a obra, dizendo que durante todo esse tempo tem acompanhado a questão de grande importância social.

E concluiu, afirmando que, pelas circunstâncias e tráfego intenso, não há como fazer uma obra paliativa naquela ponte, que exige completa reconstrução.

Vereadores aprovam o piso nacional da enfermagem

Em reuniões extraordinárias ocorridas no dia 11 de outubro de 2023, foi aprovado em dois turnos, pela Câmara de Carmópolis de Minas, o projeto de lei do Poder Executivo que dispõe sobre a regulamentação da Assistência Financeira Complementar repassada pela União Federal, visando dar cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 14.434, de 4 de agosto de 2022, que instituiu o piso salarial nacional do enfermeiro, do técnico de enfermagem, do auxiliar de enfermagem e da parteira.

O Poder Executivo Municipal incluirá, na folha de pagamento dos servidores apontados, o pagamento da Assistência Financeira Complementar da União, como complementação da diferença resultante do vencimento atual do servidor pago pelo município e o piso salarial nacional de enfermagem criado pela União, que deve se dar na extensão coberta pelos recursos provenientes da assistência financeira da União. A Assistência Financeira Complementar da União se somará ao valor dos vencimentos pagos pelo município para atender ao piso nacional.

A assistência tomará como base os seguintes valores: R\$ 4.750,00 para os profissionais classificados como enfermeiros; R\$ 3.325,00 para os profis-

sionais classificados como técnicos de enfermagem; R\$ 2.375,00 para os profissionais classificados como auxiliares de enfermagem e parteiras. Os valores se referem ao exercício funcional equivalente a 44 horas semanais. A complementação fica condicionada ao recebimento dos recursos do governo federal.

Inexistindo repasse financeiro pelo governo federal ou havendo repasses financeiros em valores inferiores aos necessários para o atingimento do piso previsto na legislação de regência, o ente municipal fica isento e proibido de realizar qualquer pagamento de tal complemento com recursos próprios.

O valor da Assistência Financeira Complementar não altera o vencimento básico dos respectivos servidores como obrigação própria do Município. Por não se tratar de aumento salarial ou vantagem, mas sim mero ato de repasse de recursos financeiros, não se aplica o repasse aos servidores inativos, ainda que com paridade constitucional. Incide Imposto de Renda sobre os valores repassados, na forma da legislação vigente.

Justificando o envio da matéria ao Legislativo, o prefeito José Omar Paolinelli (PSD) informou que somente no mês de agosto houve de fato algum repasse de recursos da União

para complementar os salários, a fim de atingirem o valor do piso salarial previsto na Lei n. 14.434/2022. Além disso, foram encontradas divergências em relação às cargas horárias, já que alguns profissionais também laboram em outros órgãos públicos e privados, e no caso em que ocorreu divergência os valores não foram repassados. Ressalte-se que a União repassou recursos de forma individual, caso a caso e nominalmente, ou seja, não há um valor específico para cada cargo, mas sim para cada profissional, conforme jornada de trabalho e salário recebido, o que por certo irá gerar muitos questionamentos. Em que pese o valor dos pisos salariais previstos na Lei n. 14.434/2022 estarem claramente definidos, o mesmo não ocorre em relação à responsabilidade de repasse de recursos pela União para o cumprimento do piso, jornada de trabalho, e outras questões relacionadas ao pagamento aos profissionais, havendo ainda muita insegurança jurídica, o que deixa os municípios vulneráveis. Lembrou, ainda, que na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), ficou definido que o piso deve ser pago por estados e municípios na exata medida de repasses federais.

Entra em atividades o Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC)

Entrou em atividades, no dia 01 de novembro de 2023, o Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC) da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas. O projeto de resolução apresentado pela mesa diretora havia sido aprovado, por unanimidade, na sessão ordinária do dia 21 de agosto de 2023. O serviço vai funcionar, inicialmente, de 13h às 17h30, na sede do Poder Legislativo, em dias úteis, de segunda a sexta-feira.

Nesta primeira fase o CAC oferecerá os seguintes serviços:

Auxiliar o cidadão na elaboração de currículo, inscrições em concursos públicos, vestibulares, projetos sociais, vagas de empregos e outros; obtenção de certidões de bancos públicos diversos;

consultas à legislação municipal, estadual e federal; orientação para agendamento de perícia no INSS e consulta de andamento e de decisão de processos de benefícios requeridos à Previdência Social; impressão de segunda via de contas de água, telefone, energia, internet; orientação para inscrição na tribuna livre.

Receber, cadastrar e entregar documentos perdidos no município de Carmópolis de Minas.

Orientar ou imprimir guias de recolhimento de tributos municipais, quando dispuser, o cidadão, de todos os dados necessários para tanto.

Emissão de cópias de documentos e materiais de pesquisas escolares, no limite de vinte cópias semanalmente, por usuário.

Os demais serviços previstos na resolução serão ativados gradativamente.

O atendimento está limitado aos beneficiários que declararem renda mensal familiar de até três salários mínimos ou que comprovem a inscrição junto ao Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚNICO) do governo federal. A documentação comprobatória das condições financeiras será apresentada previamente e ficará arquivada no cadastro do cidadão junto ao CAC.

O Centro de Atendimento ao Cidadão conta com o suporte do assessor jurídico da Câmara, doutor Lucas Abdo; supervisão da doutora Marília Isabel Santos de Assis e serviços da estagiária Brenda Valeska Viana Castro.

Vereador destaca importância de três votações de projetos pela Câmara

Em pronunciamento feito na Câmara de Carmópolis de Minas, durante a sessão ordinária do dia 02 de outubro de 2023, o vereador Fernando Luis Rabelo Lebron (PV) *-foto à direita-*, líder do governo, destacou a apreciação, naquele dia, pelo plenário do Legislativo, de três projetos de leis de muita importância para o município, tendo o Legislativo decidido de forma consciente e clara sobre cada um deles.

As matérias apontadas pelo parlamentar foram: o Projeto de Lei (PL) número 10, sobre a legislação tributária de Carmópolis de Minas, normas complementares de direito tributário a ele relativas e atividade do fisco municipal; o PL 32, que institui a Campanha Permanente de Educação e Combate à Violência Contra a Mulher e o PL 34, que institui o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico (CMDE).

Sobre o PL 10, reprovado por unanimidade, entende o vereador que realmente não era o momento para reajustar os impostos, mas que no tempo oportuno, o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), como também as taxas municipais, terão que ser



reajustados.

A respeito do PL 32, argumentou Fernando que infelizmente é preciso criar leis para combater absurdos como a escalada da violência contra a mulher, para que se consiga pelo menos diminuir a quantidade desses crimes que atentam contra o sexo feminino. Ele parabenizou a iniciativa da colega vereadora Whatiffa Francielly dos Santos Nogueira (PSD), por ser uma atitude que trará benefícios à população.

Sobre o PL 34, Fernando destacou a importância da criação de um conselho municipal de desenvolvimento econômico, que com certeza trará muitos ganhos, principalmen-

te para o Poder Executivo. “Um conselho municipal traz a sociedade para dentro da administração pública, como nos mostram os vários já implantados na cidade”, argumentou o edil. Para ele, o órgão terá participação direta em ponto sensível da administração. Por isso, ele parabenizou o Poder Executivo por ter enviado a matéria para a apreciação do Legislativo e também os vereadores, que a aprovaram por unanimidade. Finalizando, o líder do governo pediu para que a nova lei seja realmente posta em execução, pois trata-se de um projeto que coloca pessoas de competência para ajudar no alcance do desenvolvimento de Carmópolis de Minas.

para a população.

“Como vamos atrair turistas para uma cidade detonada como Carmópolis de Minas?”, questionou a cidadã, pedindo, ainda, reforma da pista de skate.

Jaqueline Emilia Luciano (PV); Whatiffa Francielly dos Santos Nogueira (PSD); José Laércio da Silveira (UNIÃO); Marcelo de Freitas dos Reis, líder do UNIÃO; Antônio Gabriel Francisco Rabelo Lara, líder do PSDB; Célio Roberto Azevedo (PSD); Dirceu da Silva, líder do PSD, foram as vereadoras e vereadores que se manifestaram sobre os temas abordados.

Em nome do Poder Legislativo, o presidente Geraldo Lucas (PV) agradeceu a cidadã pela participação e afirmou que o secretário municipal de Cultura, Ledson Rodrigo Veloso, já havia informado a ele sobre o envio à Câmara, em breve, do projeto de lei relacionado aos recursos da Lei Paulo Gustavo, para que possa ser discutido e votado pelos vereadores. Destacou que Carmópolis tem sido eficiente em setores como Saúde, Educação e geração de empregos, tendo, ainda, seus patrimônios culturais e belezas naturais, dos quais os carmopolitanos se orgulham e que precisam ser tratados com zelo.

A íntegra dos pronunciamentos sobre o tema pode ser acessada na gravação da sessão, em áudio e vídeo, disponível no site da Câmara.

Rodoviária é uma necessidade de Carmópolis, alerta vereador

A necessidade de construção do terminal rodoviário de Carmópolis de Minas foi, mais uma vez, motivo de pronunciamento do vereador Marcelo de Freitas dos Reis, líder do UNIÃO, *-foto à direita-* durante a sessão ordinária do Poder Legislativo Municipal realizada no dia 16 de outubro de 2023. Marcelo, que já havia abordado o tema em outras reuniões, disse que a cidade não comporta mais o trânsito de ônibus por suas ruas estreitas e o município é criticado, em nível regional e estadual, por não ter uma rodoviária.

“Isto é vergonhoso para nós. Por isto fiz um requerimento aqui, hoje, que foi votado e aprovado, pra gente discutir, em audiência pública, se realmente o município tem a intenção de construir o terminal rodoviário”, acrescentou o parlamentar, em vista da própria população reconhecer essa necessidade.

Marcelo grifou que não há vontade política para construir o terminal. Citou como exemplo a doação, pelo governo de Minas, conseguida por ele e pelo ex colega vereador Gilberto Rabelo da Silveira, de um



terreno com esta finalidade, mas o ex prefeito Geraldo Antônio da Silva cumpriu seus dois mandatos e não executou a construção, culminando com o término do prazo previsto no contrato de cessão celebrado com o estado.

Mesmo assim, para o vereador, é preciso trabalhar no sentido de ajudar. Por isso informou que solicitará ao prefeito José Omar Paolinelli (PSD) que elabore o projeto da rodoviária, para que se possa tentar conseguir recursos junto aos deputados, para pelo menos iniciar a obra.

“Não há mais como Carmópolis ficar sem rodoviária. Chega de sermos criticados”, ressaltou Marcelo, considerando como vergo-

nhoso ver pessoas sentadas no centro da cidade esperando ônibus, sem um lugar para se abrigar do sol ou da chuva.

O parlamentar disse ainda que os vereadores conhecem os problemas crônicos da cidade, mas não têm como obrigar o prefeito a resolvê-los. Lembrou que o Legislativo começaria a apreciar o projeto de orçamento municipal para 2024 e concitou seus colegas a melhorarem o projeto, sobretudo as dotações, para que possam ajudar, realmente, o município a construir suas políticas públicas. Lamentou, entretanto, a ausência de perspectivas, por falta de planejamento e de controle do Executivo.

Ponte do Córrego do Paiol é reformada, mas a da Vargem Grande continua precária

A reforma da ponte do Córrego do Paiol, recentemente concluída pela Prefeitura de Carmópolis de Minas, mereceu os agradecimentos do vereador Claudinei Vicente da Silveira - Tade, líder do PV *-foto à direita-*, que durante a sessão ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 02 de outubro de 2023, lembrou ter encaminhado um requerimento ao Poder Executivo, solicitando a obra, em vista dos riscos que rondavam os usuários. No mesmo pronunciamento, Claudinei voltou a alertar sobre as más condições da ponte da Vargem Grande.

Agradecendo ao prefeito José Omar Paolinelli (PSD) e ao secretário de Infraestrutura Urbana e Rural Carlos Antônio Nascimento, Claudinei destacou a pertinência da reforma concluída na comunidade do Córrego do Paiol, onde havia risco iminente de queda de veículos. Afirmou que esteve no local, logo após a conclusão do servi-



ço, e comprovou sua boa qualidade, beneficiando o município de forma global.

Sobre a ponte da Vargem Grande, Claudinei também apontou os perigos que representa aos seus usuários, já tendo conversado várias vezes com o prefeito sobre o problema, pedindo a ele que providenciasse os trabalhos de manutenção. “Caminhões de entregas estão correndo o risco de cair no

rio”, alertou o parlamentar.

Reforçando a necessidade de uma atitude do poder público, Claudinei informou que a ponte da Vargem Grande liga a cidade a um condomínio, e no local também existem muitas construções, fatores que aumentam o trânsito de caminhões pesados sobre a ponte, advindo, daí, a necessidade do reforço.

Recursos da Lei Paulo Gustavo são questionados

Tribuna Livre

Ligada ao setor cultural do município, a cidadã Cristiane Paolinelli Rabelo ocupou novamente o espaço dedicado à Tribuna Livre, na sessão ordinária da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas realizada no dia 23 de outubro de 2023. Ela falou sobre recursos financeiros provenientes da Lei Paulo Gustavo, destinados a artistas, grupos e instituições culturais do município, Cristiane também abordou questões ligadas ao patrimônio histórico.

Sobre a Lei Paulo Gustavo, informou que desde julho de 2023 o município está contemplado com cerca de R\$ 200 mil, com termo de adesão já assinado pelo prefeito José Omar Paolinelli (PSD). De acordo com matéria publicada no jornal “Carmópolis Notícias”, os recursos estão distribuídos da seguinte forma: apoio a produções audiovisuais R\$ 106.219,46; apoio a salas de cinema R\$ 24.279,31; capacitação, formação e qualificação, apoio a cineclubes, festivais e amostras R\$ 12.189,78; apoio a demais áreas da cultura, artesanato, dança, teatro, culturas populares e tradicionais, artistas R\$ 57.801,19.

De acordo com Cristiane, seis meses após o anúncio feito pela Prefeitura, os artistas ainda estão esperando a publicação do edital, sendo que até naquela data não havia sido

registrada nenhuma audiência pública ou outro modo de esclarecer, de fato, o que ocorre com a verba. Desta forma, por falta de apoio, artistas talentosos da cidade acabam migrando para outros municípios. Ainda de acordo com Cristiane, a destinação dos recursos terá de ser resolvida até o próximo mês de dezembro, pois haverá necessidade de prestação de contas.

Cristiane também falou sobre patrimônio histórico, lendo o último despacho do Ministério Público, assinado pelo promotor de justiça Felipe de Leon Belleza de Salles, a respeito de ação de preservação arquitetônica. Ele cobra do Conselho Municipal do Patrimônio, o resultado da reunião que analisaria a relação de casas de características históricas para serem protegidas, por meio de inventário ou tombamento. O não cumprimento da requisição, segundo o documento, importa no cometimento de crime previsto no Artigo 10 da Lei 7.347/85.

Cristiane criticou a falta de ação do poder público municipal e afirmou que Carmópolis está com aspecto de cidade abandonada, feia e suja, com o que sobrou de patrimônio totalmente “detonado”. Observou que ninguém é obrigado a concordar com preservação e tombamento, mas apontou para a necessidade de se promover a educação patrimonial, mínimo que um governo precisa passar

Audiência debate sobre a segurança pública de Carmópolis

Requerida pela vereadora Jaqueline Emilia Luciano (PV), com o objetivo de debater, com autoridades e a sociedade, sobre os problemas que cercam o setor de segurança pública e patrulhamento rural no município de Carmópolis de Minas, foi realizada, no plenário da Câmara Municipal, no dia 05 de outubro de 2023, uma audiência pública na qual estiveram presentes, além de representantes da sociedade civil, o prefeito José Omar Paolinelli (PSD); o comandante da Quinquagésima Nona Companhia de Polícia Militar (PM) de Oliveira (MG), capitão Jonathan Costa Fonseca; tenente Pedro Lisboa Barros, comandante da PM no município e o policial rodoviário federal Willian Rodrigues Ferreira.

Abrindo os pronunciamentos, a vereadora requerente disse que ela, como também os outros vereadores, vêm sendo cobrados sobre algumas situações que acontecem no município, como furtos, roubos e tráfico de drogas. Segundo ela, a audiência pública é um dispositivo pelo qual se pode chegar a um denominador comum e deixar a população a par de tudo que tem acontecido, de fato, no âmbito da cidade. Lembrou de reunião realizada com o tenente Barros, quando foram conhecidos alguns dados, orientações e formas de trabalho, dos quais a população precisava tomar conhecimento. Grifou ter solicitado, no requerimento da audiência, que também fosse abordada a questão do patrulhamento rural. E acrescentou: “Como vereadora, não poderia deixar de ouvir o clamor da população”. Jaqueline deixou registrada sua decepção com algumas autoridades e órgãos que, convidados, nunca comparecem ao recinto da Câmara para debater sobre segurança pública.

O tenente Barros disse que o governo do Estado trabalha, há bastante tempo, com política de redução de gastos em todas as áreas e que o contingente militar do município de Carmópolis é suficiente, em vista dos resultados de segurança pública produzidos e auditáveis, extremamente satisfatórios, pelos padrões do país, que apresenta altos índices

de criminalidade. Observou que o índice de redução de crimes violentos no município é de 85% e que poucos municípios do Brasil gozam dessa expressiva diminuição. No ano de 2016, Carmópolis atingia uma média de 80 crimes violentos por ano, número reduzido, na atualidade, para 12. Em relação aos furtos, tanto na região urbana quanto na rural, houve uma redução de 57%, passando de uma média de trezentos furtos por ano, para cerca de cem. O patrulhamento rural aumentou em cerca de 150%.

“Percebe-se ser um resultado sedimentado e consolidado, pois conseguiu-se chegar a ele e mantê-lo nos últimos três anos”, mostrou o oficial militar, grifando se tratar de um município de 20 mil habitantes, com vasta malha viária e próximo à Região Metropolitana (RM) de Belo Horizonte, mas que permaneceu quase quatro anos sem a ocorrência de nenhum homicídio. “A causa dessa redução, de fato, é o serviço policial”, apontou o comandante, reconhecendo, também, os demais órgãos que trabalham no setor, exemplos da Prefeitura, Câmara, Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal, Poder Judiciário, Ministério Público e membros da comunidade.

Ainda de acordo com o comandante, enquanto participe da segurança pública, cabe à população não se omitir ou sonegar informações, utilizando os mecanismos legais para se resguardar. Muitas vezes a vítima não denuncia a ocorrência, mesmo tendo indícios de quem seja o autor, acabando por fomentar a criminalidade. O mesmo ocorre com a receptação de produtos de procedência desconhecida ou duvidosa, somente para levar vantagem financeira. O tenente também pediu que as pessoas comuniquem à polícia, em tempo hábil, sobre pessoas, atitudes e veículos suspeitos, antecipando-se a um possível ato criminoso e impedindo que ele ocorra.

O prefeito José Omar informou sobre a inviabilidade financeira do projeto do Executivo, aprovado pela Câmara, sobre a tro-

ca da iluminação pública para lâmpadas de Led. Comunicou a sanção do projeto “Olho Vivo”, de autoria do vereador Célio Roberto Azevedo (PSD) recentemente aprovado pela Câmara, destacou a força de trabalho da Polícia, mesmo com contingente reduzido e a atuação da PRF também no combate ao crime. Citou, ainda, a parceria entre a Prefeitura e os órgãos policiais, inclusive com cessão de funcionários, fornecimento de combustível e peças automotivas.

O capitão Fonseca ponderou que, embora seja uma utopia imaginar que se possa acabar com a criminalidade, a Polícia Militar tem se esforçado para diminuir ao máximo esses índices. Disse que a segurança pública é de atuação sistêmica, não envolvendo apenas as corporações policiais, que são apenas a ponta da justiça criminal, dependendo de outros órgãos envolvidos. E ressaltou que o patrulhamento rural será intensificado, especialmente no distrito de Bom Jardim das Pedras. Destacou que hoje os criminosos agem com inteligência e precisam ser combatidos também com inteligência, como o monitoramento por câmeras. Para o comandante, um Conselho de Segurança Pública atuante é fundamental, inclusive para levantamento de recursos financeiros a serem empregados em aparatos técnicos de segurança. E lembrou que o COMSEP de Carmópolis é um dos únicos inativos em toda a região. Também importante a captação de recursos via parlamentares estaduais e federais, especialmente para aquisição de novas viaturas. Disse, ainda, que a PM tem agido eficazmente em apreensões de drogas na cidade, como também com relação aos crimes contra as mulheres.

Falando da tribuna, a cidadã Jéssica Reis, que é filha de militar, alertou para os limites de trabalho dos policiais, que além de sua atuação profissional, também precisam ter sua vida social e conviver com suas famílias. Argumentou que, a partir do momento em que a segurança da cidade é totalmente entregue aos policiais militares, fica impos-

sível que eles possam existir enquanto pessoas físicas. Para ela, é fundamental que o município desenvolva políticas públicas de segurança, dentro de suas realidades de crescimento. E perguntou sobre a possibilidade de Carmópolis instituir sua guarda municipal. Em resposta, o tenente Barros informou ser essa uma iniciativa de competência dos poderes municipais, mas que, de fato, agregaria ao sistema de segurança.

O representante da PRF, Willian Rodrigues Ferreira, afirmou que todo o trabalho da polícia se baseia em informações, que são trabalhadas assim que chegam à corporação, produzindo conhecimento repassado para as equipes da ponta e propiciando efetividade no trabalho, que deixa de ser aleatório para ser orientado. “O que eu quero pedir aos senhores é que toda informação sobre crime seja repassada à Polícia Militar. Uma vez percebido que a PRF pode colaborar, isso terá desdobramentos na rodovia”, afirmou o policial, resultando em informações que poderão ajudar em prisões, já que todos são agentes públicos, trabalhando para atender a sociedade. Ele também destacou a importância da prevenção.

Em síntese, a audiência elencou ações que devem ser desenvolvidas no município: instituição de uma patrulha rural; possibilidade de instalação de câmeras ao longo do trecho da rodovia Fernão Dias que corta a região urbana; instalação de posto policial no distrito de Bom Jardim das Pedras; intensificação do patrulhamento urbano; operacionalização do sistema “Olho Vivo”; melhoria da iluminação pública; previsão orçamentária para a segurança pública; orientação sobre como prevenir a ocorrência de crimes, especialmente os furtos na zona rural; revitalização do Conselho Municipal de Segurança Pública; investimentos em projetos esportivos e sociais.

A íntegra dos pronunciamentos sobre o tema pode ser acessada na gravação da audiência, em áudio e vídeo, disponível no site da Câmara.

Sessão especial conscientiza sobre câncer de mama e de próstata

Em parceria com a Prefeitura e a Secretaria Municipal da Saúde, a Câmara Municipal de Carmópolis de Minas realizou em sua sede, no dia 30 de outubro de 2023, sessão especial sobre as campanhas relacionadas à prevenção do câncer de mama (Outubro Rosa) e o câncer de próstata (Novembro Azul).

O evento foi dividido em dois momentos: no primeiro foi proferida palestra com o tema: “Saúde da mulher – prevenção e promoção aliadas ao autocuidado”, pela enfermeira Flávia Paolinelli, referência em saúde da mulher do Núcleo da Saúde de Mulher e da Criança. No segundo momento, palestra proferida pelo médico da Estratégia da Saúde da Família, Teófilo Costa dos Santos, tratou do tema “Saúde do homem – prevenção do câncer de próstata e outros agravos”.

O Outubro Rosa é um movimento internacional, que surgiu para disseminar informações para conscientização e para incentivar a prevenção e diagnóstico precoce do câncer de mama. O Novembro Azul surgiu para incentivar a realização de exames para os homens, com a finalidade de prevenir o câncer de próstata.

O presidente do Legislativo, vereador Geraldo Lucas (PV) ressaltou que o Outubro Rosa é o mês de conscientizar,



Evento reuniu vereadores, servidores, palestrantes e membros da sociedade.

alertar as mulheres e a sociedade sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama. Alguns casos têm desenvolvimento rápido, enquanto outros crescem lentamente, e quanto mais cedo forem diagnosticados, maiores as chances de boa evolução no tratamento, maiores as chances de cura e de resultados esteticamente mais favoráveis. Lucas pediu que as mulheres fiquem

atentas. Caso estejam experimentando sintomas novos e persistentes, façam contato com um profissional da saúde.

O Novembro Azul é a mobilização mundial em prol da saúde masculina, para planejar ações e contribuir para a redução da morbidade e da mortalidade dessa população, a partir do enfrentamento dos fatores de risco e com a facilitação do acesso aos serviços pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Lembrou o presidente que a ação precoce e preventiva é o melhor caminho para qualquer doença. E alertou: “Nós, homens, demoramos para buscar atendimento médico. Nós nos atrasamos e por isso muitos casos acabam se agravando”. Pediu que os homens fiquem atentos aos sinais e se cuidem. E informou que o SUS oferece ações e serviços de prevenção e cuidados, estando pronto para atender e tratar a todos que procuram a rede municipal de saúde. Entretanto, todos os homens precisam valorizar mais a própria saúde, para garantir uma vida plena e de qualidade.

Estiveram presentes os vereadores José Laércio da Silveira (UNIÃO); Jaqueline Emilia Luciano (PV) e Marcelo de Freitas dos Reis, líder do UNIÃO. Também participaram o secretário de Administração Wagner Henrique Raimundo; procurador-geral do município, Henrique Rocha de Freitas; Maria Célia dos Santos Pereira Andrade, coordenadora da Atenção Primária e Pollyanna Alvim, coordenadora da Vigilância em Saúde e Odontologia.

A íntegra das palestras e dos pronunciamentos sobre o tema pode ser acessada na gravação da sessão, em áudio e vídeo, disponível no site da Câmara.

Construção da Rodoviária de Carmópolis é discutida por autoridades e a sociedade



Audiência reuniu Legislativo e Executivo para viabilizar obra da rodoviária.

A Câmara Municipal de Carmópolis de Minas realizou mais uma audiência pública, no dia 25 de outubro de 2023, com o objetivo de discutir, com autoridades e a sociedade em geral, as possibilidades de construção do terminal rodoviário do município. Proposto pelo vereador Marcelo de Freitas dos Reis, líder do UNIÃO, o encontro contou com as presenças do prefeito José Omar Paolinelli (PSD); secretário de Desenvolvimento, Agricultura e Meio Ambiente Flávio Henrique Cecotti; procurador-geral Henrique Rocha de Freitas; secretário de Administração Wagner Henrique Raimundo; secretário de Infraestrutura Urbana e Rural (Obras) Carlos Antônio Nascimento e engenheira da Secretaria de Infraestrutura, Fernanda Aline Silva.

Abordando o tema, o proponente da audiência, Marcelo de Freitas dos Reis, disse que a história da possível construção da rodoviária se transformou numa autêntica “novela”, sobre a qual daria para escrever um livro. “Vários prefeitos cumpriram seus mandatos, sem terem coragem para iniciar uma construção tão importante”, apontou ele. O objetivo daquela audiência seria, então, de pelo menos tentar entender se a atual administração possui algum projeto para iniciar a obra, visto que os vereadores pretendem ajudar a administração, por meio de levantamento de recursos junto aos deputados votados no município. Destacou que Carmópolis é a única cidade da região que não possui nem mesmo um ponto de ônibus coberto, deixando pessoas à espera do transporte, sob chuva ou sol. Para ele, isso é vergonhoso para o município.

O prefeito José Omar Paolinelli afirmou que, desde o início de seu mandato, procurou viabilizar a construção da rodoviária. Esteve no gabinete do senador Carlos Viana (Podemos/MG), a quem entregou ofício, planta da obra e planilha de custos. O senador prometeu incluir emenda no Orçamento da União de 2024, no valor de R\$ 1 milhão, destinado à obra. O mesmo foi feito para o senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG) e deputado federal Domingos Sávio (PL/MG). De acordo com José Omar, a Prefeitura está empenhada em resolver o problema do terminal, reconhecendo o trabalho de Marcelo e do ex-vereador Gilberto Rabelo Silveira, ao conseguirem, junto ao governo de Minas, a cessão do terreno destinado à construção.

José Omar também falou sobre a possibilidade de remanejar o local da obra para o bairro Vilage das Pedras, onde o município possui terreno de quase dois mil metros, em vista de possíveis exigências da empresa administradora da Rodovia Fernão Dias e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) sobre o terreno cedido pelo Estado, entre elas a necessidade de construção de uma passarela e alça de acesso, o que aumentaria muito os custos.

O procurador-geral Henrique Rocha de Freitas informou que, na tentativa de viabilizar a construção no terreno cedido

pelo governo de Minas, foi elaborado um pré-projeto, sendo a construção do prédio, em 2021, avaliada em R\$ 3,5 milhões. Por força de normas legais, o projeto teve de ser encaminhado à ANTT, que declarou estar, a construção, dentro dos padrões mínimos exigidos. Entretanto, era necessário passar o projeto à Arteris, para que a concessionária pudesse verificar a questão do impacto do trânsito. Foi, então, incluída, a possível necessidade de reforçar o acesso por meio do viaduto já existente e muito possivelmente a construção de uma passarela de pedestres, para evitar acidentes, já que o terreno se encontra do outro lado da rodovia, em relação ao centro da cidade, com custo de, no mínimo, R\$ 1 milhão. Daí freou-se o andamento do projeto, passando a ser estudada a possibilidade de construir o terminal no outro terreno da Prefeitura, Visando não se perder a área anterior para o próprio Estado, foi solicitada sua doação novamente ao município, desta feita para manutenção da garagem da Prefeitura, gerando uma economia de R\$ 40 mil por mês para o Poder Executivo.

Gilberto Rabelo Silveira, que juntamente com Marcelo lutou pela reversão da posse do terreno para o município de Carmópolis, disse que se sentiu “ludibriado”, em vista da inércia do Poder Executivo sobre a construção da rodoviária. Grifou que já existe uma passagem de veículos por baixo da rodovia, que pode muito bem ser adaptada para receber pedestres. “Está faltando vontade política”, apontou o ex-vereador.

Afirmando que o terreno em questão já pertence a Carmópolis de Minas, Marcelo solicitou a publicação dos textos dos dois projetos de reversão, respectivamente dos deputados Cássio Soares (PSD) e Duarte Bechir (PSD), sendo que o último apenas prolonga o prazo de cessão. Ainda de acordo com ele, os dois projetos foram anexados pela Assembleia Legislativa, por se tratar da mesma questão. Para efeito de consultas no site da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), os projetos são: PL 910/2023, do deputado Duarte Bechir; e 703/2023, de Cássio Soares.

Ele também defendeu a inserção de dotação no Orçamento Municipal de 2024, destinada à construção da rodoviária.

Em suas considerações finais, o prefeito afirmou que, assim que for resolvido o problema do espaço, convidará os vereadores para um encontro, no qual o projeto poderá ser discutido.

Estiveram presentes os vereadores Geraldo Lucas (PV); José Laércio da Silveira (UNIÃO); Jaqueline Emilia Luciano (PV); Fernando Luis Rabelo Lebron (PV), líder do governo; Marcelo de Freitas dos Reis, líder do UNIÃO e Whatiffa Francielly dos Santos Nogueira (PSD), que também falaram sobre o tema.

A íntegra dos pronunciamentos pode ser acessada na gravação da sessão, em áudio e vídeo, disponível no site da Câmara.

Câmara entrega moções de aplausos a autores e intérpretes do Hino a Carmópolis

Propostas pelo vereador Célio Roberto Azevedo (PSD) e aprovadas por unanimidade, o Poder Legislativo Municipal fez a entrega dos certificados referentes às moções de aplausos aos autores e intérpretes do Hino a Carmópolis de Minas. A cerimônia foi realizada durante a sessão ordinária do dia 30 de outubro de 2023.

Convidado pelo presidente Geraldo Lucas (PV), Célio fez a entrega à senhora Maria de Lourdes Lima Oliveira, viúva de Antônio Eustáquio de Oliveira (Toinzinho), autor da melodia. Ana Karina de Oliveira Pereira, filha de Toinzinho, ocupou a Tribuna para agradecer aos vereadores pela aprovação da moção. “Saber que nosso pai era tão respeitado e admirado é uma grande alegria para nós. Meu pai amava Carmópolis e deixou sua marca registrada em prol da cultura desta cidade”, disse ela.

Familiares de José Maria Santos, autor da letra do hino e também já falecido, receberam a homenagem. José Giovane Santos, filho de José Maria, agradeceu a Célio pela proposição e aos demais vereadores pela aprovação, afirmando que a família se sentia muito honrada com a homenagem.

Em nome do maestro Milton Leite (mestre Tito), já falecido e que conduziu a gravação do hino, sua filha Gabriela Cristina Rabelo Leite também ocupou a Tribuna para fazer seus agradecimentos pela homenagem. Lembrou que a banda de música era sua paixão e que, com certeza, ele estaria muito feliz, sabendo que recebia a homenagem por meio de sua família.

Marcelo Rodolfo Vasconcelos, intérprete do hino, recebeu o certificado pelos serviços prestados à cultura carmopolitana. Ele manifestou sua gratidão pela honraria e fez um agradecimento especial ao maestro Milton Leite, por tê-lo convidado a gravar

a música, fazendo a leitura fiel da partitura, corrigindo, assim, os vícios criados nas apresentações populares.

Propositor dos votos, Célio Roberto disse que, por sua beleza, o hino cativa toda a sociedade. Lembrou ter se emocionado com episódio presenciado por ele, na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APE), no momento em que os alunos cantavam o hino. Daí sua decisão de propor a homenagem.

Em nome da Câmara, o presidente Geraldo Lucas congratulou-se com os familiares dos homenageados, afirmando ser uma honra poder homenagear os autores e intérpretes do hino, que engrandece a cultura de Carmópolis. Lembrou que ocorreram cinco inscrições para a confecção da obra, sendo essa a escolhida. Destacou a dedicação de todos os envolvidos na composição e interpretação, ressaltando a grande quantidade de vezes que a música é executada nas solenidades públicas.

Os vereadores Dirceu da Silva, líder do PSD; José Laércio da Silveira (UNIÃO); Antônio Gabriel Francisco Rabelo Lara, líder do PSDB; Jaqueline Emilia Luciano (PV); Whatiffa Francielly dos Santos Nogueira (PSD); João Francisco Vieira (PSD); Marcelo de Freitas dos Reis, líder do UNIÃO; Claudinei Vicente da Silveira, líder do PV e Fernando Luis Rabelo Lebron (PV), líder do governo; também fizeram seus pronunciamentos.

Tradicionais intérpretes da obra, Dalva Maria de Lima e Marcelo Rodolfo fecharam a cerimônia cantando o Hino a Carmópolis.

A íntegra dos pronunciamentos sobre as moções de aplausos pode ser acessada na gravação da sessão, em áudio e vídeo, disponível no site da Câmara.

Cidadã pede políticas públicas para a juventude

Tribuna Livre

Para falar sobre políticas públicas destinadas à juventude, ocupou o espaço dedicado à Tribuna Livre, na Câmara Municipal de Carmópolis de Minas, durante a sessão ordinária do Legislativo realizada no dia 16 de outubro de 2023, a senhora Aparecida Maria Vilaça,

Ela expressou suas condolências à família da jovem Maria Vitória Lara Almeida, mais uma vítima de arma de fogo. “Uma morte violenta é mais difícil de compreender e impossível de aceitar, sob todos os aspectos”, disse ela. Acrescentou que, infelizmente, os fatos são rapidamente esquecidos pela população, mas as famílias das vítimas seguem tentando encontrar forças e apoio de familiares e amigos, para prosseguir, recuperar-se e superar o sofrimento.

Afirmou que a sociedade não pode se acomodar, normalizar esta escalada de intolerância, seja religiosa, política ou nos relacionamentos, como se alguém pudesse controlar o pensamento, as escolhas, o destino das pessoas, o que resulta em tanta violência, como temos visto nos dias de hoje, com guerras, inclusive.

Para ela, é preciso que a sociedade se una, com

o objetivo de desenvolver e incentivar a cultura da paz, para que as crianças, adolescentes e jovens possam crescer seguros, saudáveis e felizes.

Aparecida Vilaça manifestou seu pedido, junto à Casa Legislativa, para que vereadores e vereadoras se engajem num esforço conjunto, com o Executivo Municipal, para que sejam investidos todos os recursos disponíveis em benefício de toda a população carmopolitana, na ampliação e criação de novas políticas públicas destinadas aos adolescentes e jovens, que são a faixa etária mais vulnerável e carente, pela falta de espaços e atividades de lazer, arte e cultura, indispensáveis ao seu desenvolvimento.

Como sugestão, Aparecida indicou a abertura de um canal de diálogo com esse público, por meio das escolas, especialmente quinta e oitava séries e ensino médio, para diagnóstico das necessidades e construção das políticas públicas.

Ela pediu aos parlamentares que suas vozes e ações, como representantes do povo carmopolitano, estejam sempre em sintonia com a defesa da vida e da dignidade humana, contra a violência, contra o armamento da população civil, contra as drogas e sempre a favor da paz.

O presidente da Câmara, vereador Geraldo Lucas (PV), agradeceu a cidadã pela participação. Destacou a dor pela morte ocorrida em Carmópolis, como também por tantas que acontecem em outras cidades. Destacou os serviços prestados, no setor, por instituições como a Casa Up, secretarias de Esportes e Assistência Social, que se esforçam para oferecer atividades aos jovens carmopolitanos. “Mas, com certeza, todo avanço é bem-vindo, para tratarmos de nossas crianças e adolescentes”, apontou o presidente.

Os vereadores Dirceu da Silva, líder do PSD; Fernando Luis Rabelo Lebron (PV), líder do governo; Jaqueline Emilia Luciano (PV); João Francisco Vieira – João do Nhozinho (PSD); José Laércio da Silveira (UNIÃO); Marcelo de Freitas dos Reis, líder do UNIÃO; Whatiffa Francielly dos Santos Nogueira (PSD); Antônio Gabriel Francisco Rabelo Lara, líder do PSDB; Célio Roberto Azevedo (PSD) e Claudinei Vicente da Silveira - Tade, líder do PV, também se manifestaram.

A íntegra dos pronunciamentos sobre o tema pode ser acessada na gravação da sessão, em áudio e vídeo, disponível no site da Câmara.